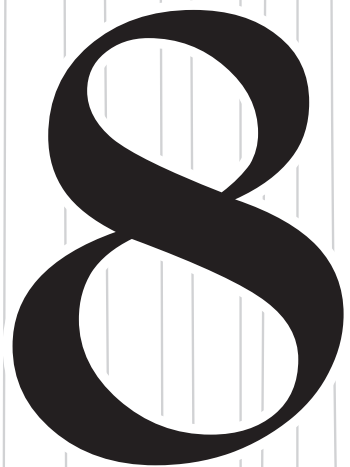


Fronteiras invisíveis: gênero, questões identitárias e relações entre movimento homossexual e Estado no Brasil

*Invisible borders: gender,
identity issues and relations between estate
and homosexual movement in Brazil*

Rosa Maria Rodrigues de Oliveira

*Advogada. Mestre em Filosofia e Sociologia do Direito,
Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Ciências Humanas/UFSC
rosa.mroliveira@gmail.com*



Resumo

O artigo inicia por definir o quadro conceitual sobre *homoerotismo e gênero* do qual se parte para analisar as relações do movimento social com o Estado na formulação de políticas e reivindicação de “direitos sexuais”. Neste contexto as questões identitárias LGBTTTI operam em meio a disputas e alianças entre entes estatais e privados na execução de projetos de utilidade pública. Ao mesmo tempo, há a existência de figuras de certo modo “marginais” às categorias identitárias no terreno da sexualidade, que mesmo quando se enquadram em certas denominações, não encontram lugar na dinâmica das relações entre sociedade civil organizada e Estado no Brasil, pois seu caráter não é estável. A observação de eventos do movimento demonstra questões chave para a compreensão do fenômeno analisado.

Palavras-chave: Questões identitárias. Disputas e alianças. Sexualidades. Homoerotismo.

Abstract

The article begins by defining the conceptual framework on *gender and homoeroticism* to examine the relations between social movement and the State in the formulation of policies and claims of “sexual rights”. In this context, the issues identity operating in the midst of disputes and alliances between state and private entities in the implementation of projects of public utility. At the same time, there is the existence of figures of somewhat "marginal" categories identities in the field of sexuality, even when they fall in certain denominations, are not held in the dynamics of relations between civil society and state in Brazil, since its character is not stable.

Keywords: Identity issues. Disputes and alliances. Sexualities. *Homoeroticism*.

A discussão sobre o tema “Estado, Movimento LGTTB e Transformação Social” implica uma observação sobre os conceitos relacionados ao que se costuma denominar “diversidade sexual” e suas possibilidades interpretativas à luz dos estudos de gênero.

Parto da formulação de Jurandir Freire Costa (1992), que propõe a utilização da expressão “homoerotismo” como preferível, não só pelo fato de conceitos como “homossexualismo” estarem presos à conotação preconceituosa do senso comum, demonstrando sua submissão à ideologia psiquiátrica que lhe deu origem, mas também pelo reconhecimento do papel que o vocabulário desempenha como apoio ou crítica das crenças discriminatórias. Psicanalista, o autor quer sugerir com isso que a referência ao homoerotismo é útil para desarticular a idéia preconcebida de que existe algo comum a todos os homossexuais, como se houvesse uma "uniformidade psíquica" da estrutura do desejo de todos os homossexuais a que fosse devida a particularidade do homoerotismo em nossa cultura. Esta peculiaridade estaria sujeita as injunções morais, que desaprovam a experiência subjetiva do homoerotismo porque não se coaduna com o ideal sexual da maioria. (FREIRE COSTA, 1992, p. 22)

O termo “movimento homossexual” me parece uma categoria que pode ser articulada com o conceito de “homoerotismo” mas é preciso frisar que isso *não* implica a existência de um “sujeito homoerótico” a partir deste. Dizer-se homossexual não implicaria dizer-se '*homoerótico/a*', neste sentido. Serge André descreve o que entende como 'fato de discurso' na escuta sobre o “dizer-se homossexual” ou sobre o ato de “dizer que alguém” o é.

Não há dúvida de que alguns sujeitos são ditos por outrem ou se dizem, eles mesmos, 'homossexuais'; precisamente, no entanto, trata-se daí, antes de qualquer realidade objetivável, de um fato de discurso. Entendo por isso mais do que uma fala de um sujeito: 'fulano é homossexual' ou 'eu sou homossexual'. Um fato de discurso é uma fala que, pronunciando-se dentro e a partir do contexto de um conjunto de falas em que toda uma série de sujeitos se reconhecem em seus lugares, tem por função criar ou confirmar a existência, entre esses sujeitos, de um vínculo social. Considerar a qualificação 'homossexual' como um fato de discurso implica, pois, começarmos por colocar em suspenso tudo o que sabemos ou julgamos saber a propósito da homossexualidade, que mais não seja, o saber implícito, sem que nos demos conta disso, no simples uso da língua comum, que contém as palavras 'homossexual',

'invertido', 'pederasta' etc., sem contar seus numerosos sinônimos na gíria).(…) É no Outro, no sentido mais geral – como sede da linguagem -, mas também no sentido particular – como lugar do discurso familiar ou cultural em que eles tiveram de encontrar seu lugar de sujeitos -, que os homossexuais deparam com esse significante, que vem se aplicar a eles como uma insígnia ou um rótulo. Dizer-se 'homossexual', perguntar-se a si mesmo se se é homossexual ou não, ou se afirmar 'não-homossexual', é pois fazer-se sujeito de uma língua e de um discurso e, em seguida, interrogar a coincidência ou a distância entre esse discurso e o ser do sujeito. (ANDRÉ, 1995, p. 113-4)

Já Regina Facchini (2005) aponta que embora a variação de denominações seja grande ao longo do tempo, a utilização da expressão “movimento homossexual” foi aplicada

como auto-referência, principalmente quando se trata de 'traçar abordagens generalizantes e históricas'. Em momentos específicos, como em 1993, esse movimento aparecia descrito como MGL (movimento de gays e lésbicas). A partir de 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999 (...) passa a figurar como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.” (FACCHINI: 2005, p. 20)

Cristina Câmara (2002) demonstra ainda que a expressão 'orientação sexual' também foi eleita pelo movimento social à época da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, num debate nacional que envolveu importantes pesquisadores no campo dos estudos sobre sexualidades consultados para opinar sobre o conceito que circulava entre os Grupos da época. Para a autora, a expressão

consolidou o momento emergencial da discussão sobre os direitos individuais no movimento gay e a criação de um lugar simbólico para a expressão pública da homossexualidade. (...) De certa forma, há uma proximidade com a noção de homoerotismo resgatada por Jurandir Freire Costa.” (CÂMARA, 2002, p. 103)

Tomo este referencial no tratamento dos conceitos acolhendo conscientemente a variação “movimento LGBTTT” em seu caráter êmico. Sugiro com isso que muito embora seu caráter seja polissêmico, a grande sofisticação em termos de autodenominações identitárias no campo da sexualidade pede

uma reflexão sobre a existência de figuras de certo modo “marginais” às categorias identitárias no terreno da sexualidade, que mesmo quando se enquadram em certas denominações, não encontram lugar na dinâmica das relações entre sociedade civil e Estado no Brasil, pois seu caráter não é estável.

Pensem nas/os bissexuais e nas/os intersexuais, cuja mobilização social é ainda rarefeita em nosso país. Enquanto as pessoas intersexuais permanecem assimiladas ao exótico e às fantasias de pânico moral ligadas à “transgenerificação” dos corpos biológicos (e culturais), invisíveis no rol das letrinhas “LGBTTT” no Brasil (BENTO, 2008), as/os bissexuais acabam constando formalmente nesta lista, mais como um exercício retórico, do que para indicar a presença de atores sociais reconhecidos para produção de políticas.

Caminhando um pouco mais neste cenário, destacaria para reflexão três eventos nacionais realizados nos últimos anos. Em primeiro lugar, o Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT), de 2005, palco da criação do Coletivo Brasileiro de Bissexuais, da leitura da Carta do Coletivo Brasileiro de Transexuais e da divulgação da Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY), que acabava de ser criada. Na mesma época, o Encontro Nacional Feminista vivenciou uma outra polêmica identitária: os significados sobre a *identidade de gênero* (no caso, feminina) das transexuais (ou *mulheres trans*, como algumas informantes preferem ser chamadas) e a intenção de algumas lideranças em participar - na condição de *mulheres heterossexuais* - do movimento feminista, a partir de sua integração a um evento nacional. E finalmente, a Conferência Nacional LGBT, realizada entre 05 e 08 de junho de 2008 em Brasília/DF, na qual estive presente como convidada. Assumo o risco de tomar estes eventos como exercício de reflexão sobre um amplo contexto refletido implicado nas relações entre Estado e sociedade civil organizada, sem desconsiderar uma necessária abordagem mais específica em cada um deles. O que me interessa destacar é a discussão de fundo sobre as performances de gênero e suas implicações políticas a partir da crítica do conceito de “mulher” que Judith Butler aponta em “Problemas de Gênero” (2003).

Observando o VIII EBGLT, realizado em 2005, foi possível identificar discussões identitárias emblemáticas para uma análise deste contexto, repisadas em outros espaços de discussão nacionais, como a Conferência Nacional LGBT.¹

¹ Vale a pena conferir o documentário produzido durante a oficina “Outro Olhar”, da TV Brasil/Coletivo Catarse, que ocorreu durante a Conferência LGBT. Nele, o pesquisador Felipe Fernandes (UFSC) “busca refletir sobre as categorias usadas por ativistas lésbicas e travestis para se falar das violências contra suas identidades.” (FERNANDES, 2008)

Destaco como significativo o debate travado no EBGLT em torno da sigla “T”, até então tomada como significado de uma expressão totalizante, “transgêneros”. Pautada por travestis e transexuais femininas e masculinas, a discussão foi traduzida num desdobramento da letra “T”, de modo a comportar as diferenças entre travestis e transexuais. Enquanto isto, pelo menos até onde alcancei compreender, a sigla “transgênero” aparece muito menos no cenário das reivindicações identitárias e das representações políticas.

Aliadas a essa questão, merecem destaque as diversas manifestações da homossexualidade e da heterossexualidade entre transexuais, como os estudos de Berenice Bento (2006) apontam, e que desarranjam um pouco mais nossas convicções (muitas vezes morais) em torno da relação entre corporalidades e sexualidades não-hegemônicas, cruzadas ainda com a “nova heterossexualidade” pautada pelas mulheres que vivenciam a transexualidade.

Analisando as narrativas de transexuais que vivem experiências homossexuais, a pesquisadora explica que as mesmas “nos permitem fazer incursões teóricas sobre os limites de se tentar compreender a sexualidade pela lente do gênero e/ou vice-versa. Quando transexuais afirmam “vivo em um corpo equivocado”, nada estão revelando-nos em termos de suas práticas e escolhas sexuais.” (BENTO, 2006, p.119)

Outro momento que demarcou territórios de disputa foi a inserção da categoria “bissexuais” no roteiro político do VIII EBGLT, e, portanto na agenda do movimento, com a criação do Coletivo Brasileiro de Bissexuais. Esta foi outra “aparição” identitária que se ancora num terreno de disputa aberta, como o episódio protagonizado por lideranças tradicionalmente reconhecidas como *gays* reivindicando espaços em discussões públicas junto ao governo na qualidade de *bissexuais* em recente seminário nacional para formulação de políticas públicas. Me à desarticulação do Coletivo Brasileiro de Bissexuais que acompanhei via discussões em lista eletrônica pela internet, por ocasião da realização de um seminário sobre políticas públicas LGBT organizado pelo governo federal, onde a presença de militantes - reconhecidos por sua atuação e liderança no movimento gay - em vagas a ser ocupadas por representações bissexuais causou uma celeuma, provocando a retirada de representações do Coletivo Brasileiro, como uma forma de protesto, embora ao que eu tenha conhecimento, tenham mantido sua atuação em âmbito local.

Na Conferência LGBT de 2008, foi possível também observar a ausência de bissexuais numa mesa onde se anunciava representações do movimento “LGBT”. Isto me faz pensar se a hierarquização criada a partir das querelas identitárias tem mantido o segmento bissexual sob forte controle no

cenário de articulação com o Estado, tornando a menção à letra “B” do glossário do movimento ainda um recurso meramente formal na política de representação, sob o argumento que o movimento “bi” é inexistente, pois não possui legitimação concretizada em representações. Contudo, para além de discutirmos a existência ou não de grupos ou de estruturas formais que possibilitem a legitimação de representações bissexuais no campo de negociações para formulação de políticas públicas, fica também a pergunta sobre o quanto a verticalização de práticas internas ao movimento interfere em elementos importantes para este ingresso, como a circulação de informações e os convites para participação em eventos e articulações com o governo, e se isto não cooperaria para acentuar a hegemonia pelos mesmos grupos e indivíduos constituídos pelas mesmas práticas. Naturalizadas as representações, resta saber onde fica o conteúdo democrático que levou as lideranças LGBT à histórica reivindicação por espaços de interlocução junto ao Estado.

Retomando o EBGLT de 2005, chamou-me ainda muito a atenção a criação da “Associação Brasileira de Gays” (ABRAGAY), sob o argumento, entre outros, de que os gays possuem especificidades que os diferenciam dos outros segmentos (o câncer de próstata seria uma delas), e que produzem discriminações diferenciadas sofridas por homens gays. Sem entrar no mérito deste argumento, respeitando a livre associação como um direito constitucional, parece-me interessante destacar a apropriação de um discurso articulado por feministas lésbicas em determinado momento histórico muito recente na pauta das discussões sobre políticas públicas, em particular discussões sobre saúde sexual e reprodutiva, justamente afirmando que as mulheres sofrem discriminações específicas e nessa condição devem ter atenção sobre suas demandas de modo particular.

Um outro evento nacional importante nesta discussão parece-me ter sido o Encontro Nacional Feminista, realizado também em 2005. Nele, um grupo de mulheres transexuais feministas procuravam espaço na delegação assumindo tal condição, o que abriu uma polêmica justamente com algumas lideranças do movimento de lésbicas, que reivindicava a anatomia explícita como argumento para inclusão no evento, e por consequência, nas fileiras feministas.²

Os relatos sobre as tensões identitárias atuais do movimento vêm demonstrando o quanto estes três encontros nacionais foram particularmente interessantes para visibilizar a produção de rasuras identitárias, se for possível

² Não estive presente ao evento, mas a polêmica foi amplamente debatida nas listas eletrônicas do movimento feminista que acompanho, e nas conversas com pesquisadoras feministas lá presentes.

acompanhar Stuart Hall em sua reflexão, a partir da discussão sobre a diversidade de identidades, performances de gênero, e processos de subjetivação nos movimentos homossexual e feminista contemporâneos. Derrida, o autor propõe pensar a identidade como um conceito que opera sob rasura, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma idéia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem sequer ser pensadas. O sinal de rasura (x) indica que eles não servem mais – não são mais 'bons para pensar' – em sua forma original, não – reconstruída. Mas uma vez que não há outros conceitos que os superem, ainda se faz uso deles, deste modo. (HALL, 2000, p. 104)

A dinâmica organizacional do movimento homossexual no Brasil conduz a uma categorização cada vez mais sofisticada de seus sujeitos. Marcada pelas noções de identificação ou adesão a práticas sociais e sexuais determinadas, a afirmação pública das identidades de gênero parece levar os sujeitos que se sentem representados por uma dessas denominações a pautar politicamente espaços até então desocupados por suas singularidades, causando conflitos internos, que podem auxiliar a criar novas estratégias políticas em torno do tema das identidades de gênero, se encarados de um ponto de vista positivo, criador de sociabilidades.

A crítica de Judith Butler (2003) à aplicação que o feminismo teria feito da categoria “mulher”, bem como a posição foucaultiana sobre a proliferação de discursos sobre o sexo e a produção de verdades e de sujeitos (FOUCAULT, 1999, p. 16-7 e 28-9) seriam oportunas para compreensão das categorias nativas que o movimento homossexual lança mão para definir suas designações internas. Butler (2003) o faz através da teoria das *performances de gênero*, enquanto a indagação de Foucault é deslocada do “por que somos reprimidos”, para “por que dizemos, com tanta paixão, tanto rancor contra nosso passado mais próximo, contra nosso presente e contra nós mesmos, que somos reprimidos?” O autor alerta que seu objetivo não é negar a existência da interdição sobre o sexo desde a época clássica. O que anima Foucault é reposicionar tal hipótese dentro de “uma economia geral dos discursos sobre o sexo a partir do século XVII. (FOUCAULT, 1999, p. 16-7 e 28-9)

A partir daí, penso no quanto a *colocação do sexo em discurso* tem sido aplicada pelo movimento homossexual brasileiro a partir da construção de identidades fixas em torno das quais se demandam políticas identitárias, através de estratégias de visibilidade como, por ex., as paradas do orgulho GLBTT (que ao início eram chamadas de “orgulho gay”), encontros gerais ou por segmentos, onde se definem questões como as representações políticas,

disputas por financiamentos públicos e privados, sempre acompanhados pelos privilégios de proximidade com o poder e seus ganhos secundários: protagonismo, viagens, diárias, ajudas de custo, aparições na mídia.

Tais acontecimentos políticos (a presença de transexuais femininas em eventos feministas, a reivindicação por um espaço de discussão específico para bissexuais, ou a criação de uma associação nacional que reúne apenas os gays), nos mostram diferentes produções discursivas em torno da identidade de gênero que vem mobilizando o movimento homossexual no Brasil em suas relações com o Estado. O conflito promovido pelas interpelações das transexuais em “nichos” até então ocupados apenas por mulheres (biologicamente definidas) na discussão do movimento homossexual, onde muitas lideranças feministas lésbicas aparecem reivindicando a biologia como norma, demonstra alterações significativas no cenário político contemporâneo no Brasil, e impulsionará, talvez com isso, uma nova onda do movimento feminista.

Neste contexto, as representações políticas parecem ter sido encerradas dentro de um enquadramento paradigmático fixo, que oblitera uma reflexão mais clara sobre as formas como o Estado assimila conceitos relativos a sexo, gênero, sexualidades e produção de sujeitos identitários, ao mesmo tempo em que promove políticas favoráveis às suas populações alvo. Isto produz reflexos sobre definições políticas importantes, como a porcentagem para as delegações do movimento social, fato que observei na Conferência LGBT, escutando o relato de ativistas participantes da sua estruturação, ou participando em lista eletrônica do debate sobre o papel de Eventos Nacionais na articulação do movimento.

O que gostaria de problematizar é que fronteiras de gênero borradas pelos sujeitos, em especial as lésbicas, as travestis, as mulheres e homens transexuais, aliadas a todas as variações que a diversidade sexual produz, quando subsumidas à mesma dicotomia sexual masculino-feminino, assimilam hierarquias sobre a mesma base heterossexista que procura questionar.

Vejam a proposta protagonizada por lideranças lésbicas feministas, no sentido de mudar a ordem das letras para “LGBT”, concretizada na Conferência Nacional de 2008, que originalmente fora convocada como “GLBT”. Essa inversão é feita conscientemente há algum tempo pelas lésbicas feministas como um ato semântico, portanto político, importante. Mas sua relevância empalidece, se ao mesmo tempo, a proporcionalidade entre o que as letras representam politicamente é mantida em termos de um dualismo sexual. Os efeitos deste modelo ficaram evidentes nas tensões entre os segmentos que tive a oportunidade de assistir pelos corredores durante aquele evento, como

uma cena de fortes agressões verbais que presenciei entre ativistas lésbicas e um rapaz gay que portava um cartaz com dizeres escritos à caneta “em minha cidade vou continuar usando GLBT”, em forma de protesto à proposta vitoriosa em plenário.

A retomada da idéia de “um sujeito homossexual essencializado”, naturalizado a partir de certos atributos anteriores à própria norma que pretendeu originalmente questionar tem sido paradoxalmente útil para definição de uma determinada repartição de políticas e financiamentos estatais e privados, distribuídos entre grupos e redes cuja representação política é reivindicada pelas populações representadas por alguma das letras da sigla “LGBT” constituindo o objeto tomado por Judith Butler (1991) para formulação da crítica à “ontologização dos sujeitos”, já que sua reiteração vem (re) produzindo discursos que pressupõe a constituição de sujeitos com base numa inversão da regra normativa heterossexual.

Acompanhando novamente a reflexão de Judith Butler (1991), no artigo “Imitation and Gender Insubordination”:

A perspectiva de *ser* qualquer coisa, mesmo como expiação, sempre produziu em mim certa ansiedade, pois “ser” gay ou “ser” lésbica parece mais que uma simples injunção para me tornar quem ou o que já sou. (...) Propor que a invocação da identidade é sempre um risco não implica dizer que a resistência a ela seja tão somente sintomática de uma homofobia auto-infligida. (...) Assim, sou cética sobre como o “eu” é determinado quando opera sob o título de signo lésbico, e não estou mais à vontade com a determinação homofóbica do que com as definições normativas oferecidas por outros membros da “comunidade gay ou lésbica”. Estou permanentemente incomodada com as categorias identitárias, as considero impedimentos invariáveis e as compreendo e as promovo como lugares de desconforto necessário. De fato, se a categoria não oferecesse problema, deixaria de ser interessante para mim: é justamente o *prazer* produzido pela instabilidade destas categorias que sustenta as várias práticas eróticas que me faz uma candidata à categoria para começar. (BUTLER, 1991)

Assim, a polêmica identitária propiciaria um efeito duplo ao movimento “LGBT”, (para lembrar novamente d@s intersexuais): de um lado, o aprofundamento das relações com o Estado, e de outro, o engendramento de novas exclusões, expressadas pelas disputas entre pares e díspares, criando um

paradoxo no seu argumento mais caro – a aptidão de subverter a lógica heterossexista. A reflexão crítica sobre as aporias criadas por tais roteiros lingüísticos na política identitária do século XXI me parece fundamental e estratégica para o avanço das lutas contra a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, e todas as denominações que quisermos conferir aos pânicos sexuais que acompanham as reivindicações do movimento homossexual.

Encerro com uma citação de Michel Foucault (1981), que assim nos ensinou sobre o conceito de “amizade como modo de vida”, em sua última entrevista à revista francesa *Gai Pied*. “Penso que é isto o que torna “perturbadora” a homossexualidade: o modo de vida homossexual muito mais que o ato sexual mesmo. Imaginar um ato sexual que não esteja conforme a lei ou a natureza, não é isso que inquieta as pessoas. Mas que indivíduos comecem a se amar, e aí que está o problema.” (FOUCAULT, 1981)

Referências

ANDRÉ, Serge. *A Impostura Perversa*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. “Quando o gênero se desloca da sexualidade: homossexualidade entre transexuais”. In: GROSSI, Miriam Pillar e SCHWABE, Elisete. (Org.) *Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre o gênero, família e sexualidade* Blumenau: Nova Letra, 2006, pp. 119-142.

BUTLER, Judith. “Imitation and Gender Insubordination”. In: FUSS, Diana. *Inside/Out: Lesbian Theories, Gay Theories*. New York and London: Routledge, 1991, p. 13-31.

_____. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e Orientação Sexual: a Trajetória do Grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

FACHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FREIRE COSTA, Jurandir. *A Inocência e o Vício – estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

FREUD, Sigmund. *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (1910[1909]). Coord. Edição Eletrônica Eduardo Salomão.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *De l'amitié comme mode de vie*. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal Gai Pied, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amitie.html>>. Acesso em 15 jul. 2009.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In.: TADEU DA SILVA, Tomaz (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000.

HOMOFOBIA, lesbofobia, transfobia. Felipe Bruno Martins Fernandes. Brasília: TV Brasil/Coletivo Catarse, 2008. 1 DVD (07 min): son., color.; VHS NTSC.